

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

**“SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CICLOMOBILIDADE: PRIMEIRAS
ANÁLISES”**

Danielle Dantas De Macedo (danimacedomaia107@gmail.com)

Fabio Fonseca Figueiredo (fabiofonsecafigueiredo@gmail.com)

Um dos desafios contemporâneos mais urgentes é como tornar a mobilidade urbana sustentável, resiliente, justa e inclusiva conforme recomendações do objetivo sete dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. As cidades, cada vez mais abarrotadas de carros individuais, expõem a perversidade de um modelo de desenvolvimento urbano que elege como forma de deslocamento, no espaço urbano, a exclusão, a segregação e a insustentabilidade. Pensando nessas, e outras questões, este trabalho faz uma primeira análise sobre a cidade fragmentada e segregada, que nega e hostiliza a possibilidade da mobilidade ativa através das bicicletas. Contando com uma minuciosa revisão bibliográfica, primeiras pedaladas realizadas pelos autores nas ruas de Natal/RN desde março de 2025 e conversas informais com usuários de bicicletas abordados durante os pedais, já é possível compreender a relação teórico-conceitual entre segregação socioespacial, especificamente as dimensões espaciais das relações raciais, e a ciclomobilidade enquanto fenômenos interligados que moldam a estrutura da cidade, afetam como as pessoas se deslocam no meio urbano bem como essa forma de mobilidade urbana, individual e irracional, reforça as desigualdades socioespaciais, além de, paradoxalmente, afetar na qualidade dos deslocamentos de todos. No

nosso caso de estudo, Natal/RN, já se pode afirmar que há uma explícita correlação entre ações da prefeitura na promoção e reprodução do modelo global de deslocamentos urbanos de forma individual através de veículos motorizados. Tal modelo é reforçado quando se tem um sistema de transporte público baseado majoritariamente no ônibus sendo deficiente e caro, estruturas deficitárias de caminhabilidade e cicloestruturas insuficientes, má conservadas e construídas em locais onde não há tráfego de bicicletas. E, mesmo quando há alguma ação pública no sentido de incentivar o maior uso das bicicletas no meio urbano e, portanto, fomentar uma cultura ciclística na cidade, essa ação apenas reforça a carrocracia, visto que o uso das bicicletas é, para a prefeitura, uma forma alternativa de deslocamento, o que contradiz o Código de Trânsito Brasileiro que desde 1997 coloca a bicicleta como mais um modal de deslocamento urbano.

Palavras-chave: palavras-chave: ciclomobilidade; espaço urbano; segregação socioespacial.